



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.298, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023.

| |
|--|
| Publicado no Diário Oficial do |
| Município Nº <u>520</u> |
| Protocolo Nº <u>16178</u> |
| Data: <u>22/09/2023</u> |
| Disponível em: http://apps.ioepa.com.br/Parauapebas/Busca |

ALTERA A TABELA DE VENCIMENTO DO CARGO DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO, PREVISTA NA LEI Nº 4.230, DE 26 DE ABRIL DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei trata da alteração da tabela de vencimento do cargo público de Procurador do Município.

Art. 2º A tabela de vencimento do cargo de Procurador do Município passa a ser a constante do Anexo Único desta Lei.

§ 1º Fica assegurado o reenquadramento dos atuais ocupantes do cargo citado no **caput** deste artigo nas referências correspondentes do anexo único desta Lei, de acordo com o tempo de serviço e evoluções funcionais já ocorridas.

§ 2º O reenquadramento de que trata o § 1º deste artigo não gerará diminuição de remuneração dos atuais ocupantes dos cargos previstos no **caput** deste artigo.

§ 3º O reenquadramento se dará por meio de decreto, de forma nominal, na referência correspondente ao seu vencimento base, de acordo com o tempo de serviço e evoluções funcionais já ocorridas, dos servidores efetivos atualmente ocupantes dos cargos de que trata o **caput** deste artigo, conforme disposto no anexo único desta Lei.

§ 4º O tempo de serviço realizado na referência atual passa a ser integralmente computado na referência para qual houver o reenquadramento.

Art. 3º O Anexo Único desta Lei passa a integrar o Anexo III da Lei Municipal nº 4.230, de 26 de abril de 2002.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Parauapebas/PA, 21 de setembro de 2023.

DARCI JOSE
LERMEN:4417
5523049
DARCI JOSÉ LERMEN
PREFEITO MUNICIPAL

Assinado de forma
digital por DARCI JOSE
LERMEN:44175523049



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PARAUPARABÁS



ANEXO ÚNICO

TABELA DE VENCIMENTO

| NÍVEL | CARGO | SÍMBOLO | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J |
|----------|-------------------------|---------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| SUPERIOR | | CNSP-11 | R\$ 22.083,58 | R\$ 23.187,76 | R\$ 24.115,27 | R\$ 25.079,88 | R\$ 26.083,08 | R\$ 27.126,40 | R\$ 28.211,46 | R\$ 29.339,92 | R\$ 30.513,51 | R\$ 31.734,06 |
| | | | K | L | M | N | O | P | Q | R | S | T |
| | Procurador do Município | CNSP-12 | R\$ 33.003,42 | R\$ 34.323,55 | R\$ 35.696,50 | R\$ 37.124,36 | R\$ 38.609,33 | R\$ 40.153,70 | R\$ 41.759,85 | R\$ 43.430,25 | R\$ 45.167,46 | R\$ 46.974,15 |

EXECUTIVO**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO****PROCURADORIA ADMINISTRATIVA****LEI MUNICIPAL****LEI Nº 5.298, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023.**

ALTERA A TABELA DE VENCIMENTO DO CARGO DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO, PREVISTA NA LEI Nº 4.230, DE 26 DE ABRIL DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei trata da alteração da tabela de vencimento do cargo público de Procurador do Município.

Art. 2º A tabela de vencimento do cargo de Procurador do Município passa a ser a constante do Anexo Único desta Lei.

§ 1º Fica assegurado o reenquadramento dos atuais ocupantes do cargo citado no caput deste artigo nas referências correspondentes do anexo único desta Lei, de acordo com o tempo de serviço e evoluções funcionais já ocorridas.

§ 2º O reenquadramento de que trata o § 1º deste artigo não gerará diminuição de remuneração dos atuais ocupantes dos cargos previstos no caput deste artigo.

§ 3º O reenquadramento se dará por meio de decreto, de forma nominal, na referência correspondente ao seu vencimento base, de acordo com o tempo de serviço e evoluções funcionais já ocorridas, dos servidores efetivos atualmente ocupantes dos cargos de que trata o caput deste artigo, conforme disposto no anexo único desta Lei.

§ 4º O tempo de serviço realizado na referência atual passa a ser integralmente computado na referência para qual houver o reenquadramento.

Art. 3º O Anexo Único desta Lei passa a integrar o Anexo III da Lei Municipal nº 4.230, de 26 de abril de 2002.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas/PA, 21 de setembro de 2023.

DARCI JOSÉ LERME
PREFEITO MUNICIPAL

| ESTADO DO PARÁ | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|-------------------------|---------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS | | | | | | | | | | | | |
| ANEXO ÚNICO | | | | | | | | | | | | |
| TABELA DE VENCIMENTO | | | | | | | | | | | | |
| NÍVEL | CARGO | SÍMBOLO | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J |
| SUPERIOR | Procurador do Município | CNSP-11 | R\$ 22.083,56 | R\$ 23.187,76 | R\$ 24.115,27 | R\$ 25.079,88 | R\$ 25.983,08 | R\$ 27.129,40 | R\$ 28.211,46 | R\$ 29.339,92 | R\$ 30.513,51 | R\$ 31.734,05 |
| | | | K | L | M | N | O | P | Q | R | S | T |
| | | CNSP-12 | R\$ 33.003,42 | R\$ 34.323,55 | R\$ 35.096,50 | R\$ 37.124,26 | R\$ 38.609,33 | R\$ 40.153,70 | R\$ 41.759,85 | R\$ 43.430,25 | R\$ 45.187,45 | R\$ 46.974,15 |

Protocolo: 16178

PROCON**EDITAIS****NOTIFICAÇÃO**

Notificar o fornecedor de que houve Decisão Administrativa de Mérito no Processo Adm. 15.003.001.18-0002234, com aplicação de penalidade, conforme a seguir:

PROCESSO Nº: 15.003.001.18-0002234.

CONSUMIDOR: JOSÉ ADILSON DOS SANTOS ARAÚJO.

FORNECEDOR: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 04.895.728/0001-80

EMENTA: Reclamação de consumidor que contesta cobrança de consumo não registrado, fatura 01/2016 e fatura 03/2018 atreladas a CC 103552249.

Reclamação fundamentada e não atendida. Pena de multa para o fornecedor EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ: 04.895.728/0001-80, no valor de R\$ R\$ 29.458,96 (vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), nos termos dos arts. 56 e 57 do CDC, enquadrando-se as reclamadas no grupo III do anexo ao Dec. Municipal n. 186/2003, pelos seguintes artigos: 4º, I; 22, § único; 39, V do CDC c/c art. 12, VI do Dec. 2.181/97.

Protocolo: 16176